

Desenvolvimento Distribuição de renda e desigualdade social não mostram progresso, diz relatório do Pnud

Qualidade de vida no país melhora devagar

Cynthia Malta e Gustavo Faleiros
De São Paulo

A qualidade de vida no Brasil melhora lentamente e em áreas importantes como saneamento básico e distribuição de renda não há progresso, segundo dados que constam do Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A pesquisa, feita desde 1990, procura mostrar a evolução do desenvolvimento humano no mundo e neste ano traz dados sobre 175 países, além de Hong Kong e o Território Palestino Ocupado.

Para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são tabulados indicadores sobre educação, saúde e renda. Quanto mais um país se aproxima de um IDH igual a 1,0, melhor é a qualidade de vida oferecida ao cidadão.

Neste ano o Brasil, no ranking dos 177 países, aparece na 72ª posição, com um IDH de 0,775. A Noruega permanece liderando a lista, com 0,956. Serra Leoa é o país com a pior qualidade de vida no mundo, com 0,273, pela sétimo ano consecutivo.

No ano passado, o Brasil aparecia em 65º lugar. Esse aparente recuo do país, em sete posições, deve-se a mudanças de critérios na elaboração da pesquisa. Na pesquisa de 2003 havia sido feita uma estimativa, referente a 2001, para a taxa de analfabetismo. Neste ano, o Pnud pediu aos governos que informassem o dado. O governo brasileiro usou dados do Censo de 2000, que apurou uma taxa de analfabetos de 13,6% no país (ou 86,4% de alfabetizados (com 15 anos ou mais)). Esse percentual de analfabetos é maior do que a taxa estimada na pesquisa de 2003.

Esse indicador de alfabetização foi combinado com a taxa de matrícula nos três níveis de ensino (primário, secundário e superior). Nesse caso, a Unesco estimou que 92% da população brasileira em idade escolar está matriculada (a 19ª maior taxa da pesquisa). Ainda assim, o índice de educação (que considera alfabetização e matrículas) chegou a 0,88 — abaixo do 0,90 do relatório do ano passado. Mas, segundo os técnicos do relatório, se apenas a educação fosse levada em conta, o Brasil ocuparia a 62ª posição neste ano, entre os 177 países.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, estranhou que o governo brasileiro tivesse optado por enviar dados do Censo 2000, quando há dados mais atualizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2002. Nesta, a taxa de analfabetismo das pessoas com 10 anos ou mais de idade caiu de 16,4%, em 1992, para 10,9% em 2002. "A educação é algo que progride no Brasil. O relatório do IDH subestima a realidade e apresenta dados desatualizados", disse Neri.

O coordenador da Unidade de Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local do Pnud, José Carlos Libânio, responde que representantes do governo brasileiro poderão responder hoje por que escolheram enviar os dados do Censo 2000 em vez da Pnad 2002. Ele observa que a Pnad não considera os habitantes das áreas rurais da região Norte do país, onde estão as taxas mais altas de analfabetismo. Essa parcela não coberta pela Pnad corresponde a 2,1% da população brasileira.

Outro dado que chama atenção no Relatório IDH deste ano, no que se refere a Brasil, é a expectativa de vida, que subiu pouco — de 67,8 anos para 68 anos — e está abaixo da média da América Latina e Caribe, de 70,5 anos de idade. Nesse caso, explica Libânio, são considerados alguns fatores onde o Brasil não está, de fato, melhorando.

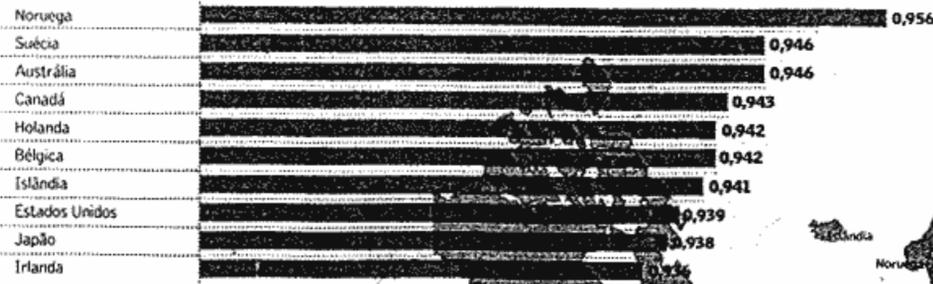
Libânio lembra de dois: saneamento básico e violência, em especial contra homens jovens. "O saneamento básico é o principal fator negativo no Brasil", diz ele (ver matéria nesta página).

"É um contra-senso avaliar que o país melhorou desde os anos 80 se houve crescimento do desemprego, da violência e da má distribuição de renda", argumenta o economista Márcio Pochmann, atual secretário do Desenvolvi-

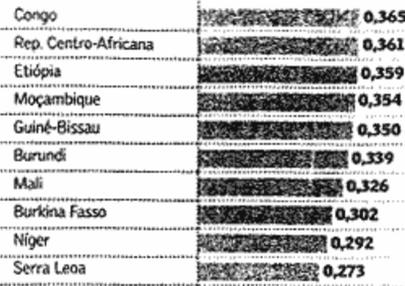
Qualidade de vida no mundo - o paraíso e o inferno

Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano - 2004

Os 10 países com melhor qualidade de vida

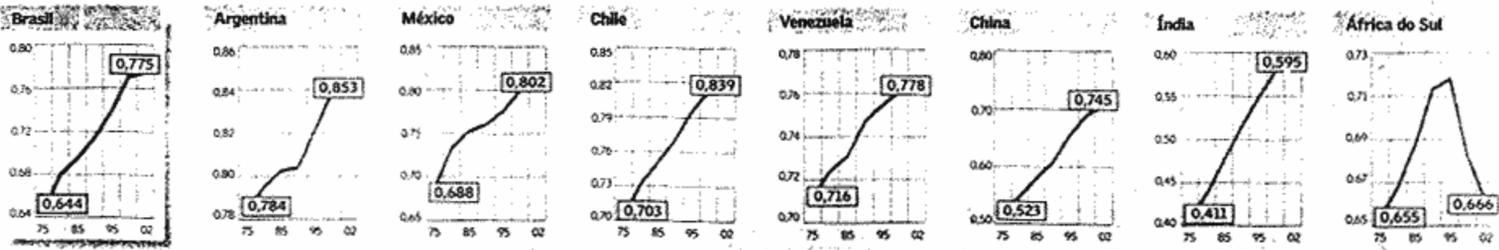


Os 10 países com a pior qualidade de vida



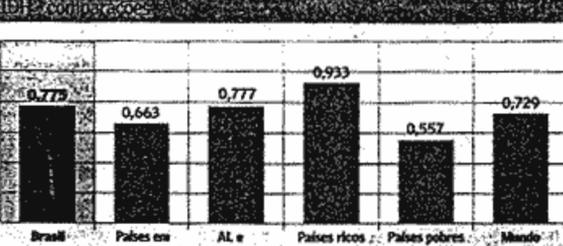
IDH: A evolução no Brasil e nos países em desenvolvimento

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano considera indicadores de educação, saúde e renda



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Qualidade de vida no Brasil aos olhos da ONU



País/Grupo	Expectativa de vida em anos (2002)	Matrícula em ensino primário (2002)	PIB per capita (2002)
Brasil	68,0	92	7.770
Países em desenvolvimento	64,6	60	4.054
AL e Caribe	70,5	81	7.223
Mundo	66,9	64	7.804

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Os dados referem-se a 2002. *Primário, secundário e superior. **Paridade do poder de compra.

mento e Trabalho da cidade de São Paulo.

Pochmann observa que a melhora no PIB per capita, apresentada no relatório da ONU — de US\$ 7,730 mil para US\$ 7,770 — não reflete as reais desigualdades no país. Segundo ele, o IDH está centrado apenas na "velha exclusão", ou seja na pobreza, enquanto as diferenças de renda tem sido acentuadas pela "nova exclusão", que seria o desemprego e o subemprego.

O secretário avalia que o quadro de desigualdade se torna preocupante pois é cada mais difícil a sua reversão. "Antes se acreditava que apenas o crescimento econômico resolveria o problema, agora necessitamos de políticas mais precisas", diz Pochmann, lembrando que a participação da renda do trabalho no PIB caiu de 50% para 36%, de 1980 a 2002.

O Relatório IDH deste ano mostra que os 20% mais pobres no Brasil ficam com 2% da renda em 20% mais ricos com uma fatia bem maior, de 64,4%. Esses dados são do Banco Mundial, baseados em pesquisa feita em 1998.

Neste cenário, até as medidas de complementação de renda, como as bolsas família e alimentação, se tornam menos eficazes, avalia Pochmann. Elas foram pensadas como complementação da renda do trabalho, mas ocorrem num momento de alto desemprego. Por isso, avalia o economista, o que precisa ser repensado é o modelo de desenvolvimento do país, com estímulo a atividades intensivas em emprego de qualidade.

A pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV Sônia Rocha, uma especialista

programas de transferência de renda, considera que os efeitos das ajudas estabelecidas nos anos 90 só poderão ser avaliadas no longo prazo. "Temos que saber qual a inserção que os filhos destas famílias vão ter no mercado de trabalho e na sociedade", afirma. Ela ressalva que falta também uma estrutura institucional que além de avaliar, garanta que estes programas estão beneficiando as pessoas certas.

Libânio também observa que a desigualdade entre os brasileiros é algo que precisa ser reduzido. E não apenas aproximar ricos de pobres ou brancos de negros, mas também homens de mulheres. "O Brasil, nesse caso, caiu no ranking", lamenta o coordenador brasileiro do Pnud.

O Relatório IDH deste ano confirma que "a mulher no Brasil vive mais do que o homem e tem maior número de matrículas nos três níveis de ensino. Mas o maior nível de escolaridade não se reflete num salário maior." Num total de 144 países, onde foi feita a pesquisa por sexo, o Brasil ficou com a 60ª posição.

Os técnicos do Pnud também estão preocupados com a Aids e o padrão de vida na África. Ao longo dos anos 90, o IDH recuou em 20 países. Desse total 13 estão na África sub-saariana. O motivo do recuo foi a expansão da Aids. O cidadão médio de 46 países (sendo 20 na África) está mais pobre hoje do que há dez anos e em 25 países mais pessoas estão passando fome do que em 1990.

Diante desse cenário, é fácil concluir que o mundo está longe de alcançar as Metas do Milênio, em 2015, cujo objetivo é reduzir a pobreza e avançar no desenvolvimento da humanidade.

Saneamento básico ainda é um dos grandes problemas

De São Paulo

Permanece o alerta. O saneamento básico ainda está no centro dos problemas de qualidade de vida no Brasil. No ano passado, o relatório do Pnud já havia citado o déficit de atendimento da população com água tratada, redes de esgoto e coleta de lixo, e neste ano, a organização volta a mencionar a questão como prejudicial à expectativa de vida no país. Apesar do aumento de 67,8 anos para 68 anos, o Brasil é o 111º no ranking da longevidade.

"O país universalizou o acesso à água, mas não fez o mesmo com a rede de esgoto. Esgoto a céu aberto é veículo para diversas doenças, como a diarreia, o que acaba afetando a expectativa de vida", explica o coordenador da Unidade de Avaliação de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local do Pnud, José Carlos Libânio.

De acordo com ele, a falta de saneamento afeta ainda mais as populações pobres. Isso está também refletido nas desigualdades de raça no país. Libânio cita o dado de que uma criança negra nascida no ano 2000 vai viver três anos menos do que uma branca nascida no mesmo ano.

Os dados sobre a população atendida por redes de esgoto ou

sobre a disposição adequada de resíduos sólidos são bastante baixos no país. Os últimos levantamentos foram obtidos no censo de 2000, pelo IBGE.

Mesmo na distribuição de água, onde se reconhece que houve avanço nos últimos anos, o número total (76% da população) esconde diferenças regionais. Em São Paulo, 95% dos habitantes são atendidos, enquanto que em Alagoas, a parcela cai para 51,9%. Na questão do esgoto, o próprio agregado nacional é ruim, apenas 40% da população está ligada às redes, sendo que na Região Norte, o percentual é de meros 2,8%. No Sudeste, 63,6%.

Embora sejam de 2000 as últimas estatísticas, especialistas em saneamento não julgam que o quadro tenha mudado significativamente. Os anos recentes são marcados por investimentos irracionais no setor. Os desembolsos do FGTS, principal fonte para aportes em água e esgoto no país, de 1999 a 2002 foram de R\$ 273,5 milhões, sendo que em 2001 nada foi emprestado, e em 2000, apenas R\$ 16,8 milhões, segundo informações do Ministério das Cidades.

"Estamos retrocedendo no saneamento, e isso joga para baixo os índices de expectativa de vi-

da", opina o consultor do Pnud e professor da Ecobusiness School, Cláudio Diniz. Para ele, os investimentos em saneamento estão parados por "debates políticos inócuos". Se o marco regulatório para o setor não avançar não haverá recursos suficientes para a universalização, alerta.

O governo planeja liberação de R\$ 2,1 bilhões de dinheiro do FGTS este ano para o saneamento e mais R\$ 1 bilhão de verbas da União, mas um estudo do próprio Ministério das Cidades revela que seriam necessários cerca de R\$ 9 bilhões/ano até 2020 para acabar o déficit de saneamento no país.

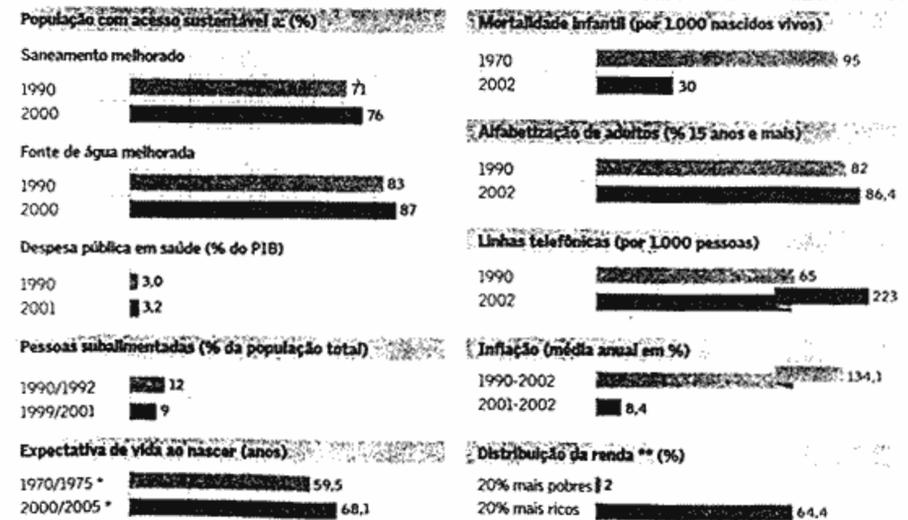
O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcelo Neri também acredita que o saneamento está retrocedendo no Brasil. "O que observamos nos anos 90 foi uma involução", afirma.

Neste período, ele explica, o consumo de bens aumentou expressivamente e o acesso a serviços públicos também, enquanto o acesso às redes de água e esgoto estagnou.

Neri lembra que a Constituição de 1988 obteve avanços importantes com a universalização da previdência ao trabalhador rural, mas não tratou dos problemas do saneamento. "O setor é ponto fora da curva." (CM e GF)

Brasil - avanços e recuos

Evolução de fatores básicos para melhoria da qualidade de vida em 10 anos



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2004. * Estimativa. ** Paridade do poder de compra.